

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN - é uma sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Estadual número 2.282, de 08 de fevereiro de 1967, alterada pelas leis 2.295/67, nº 4.809/93, nº 6.863/01, nº 6.679/01, nº 7.734/04, nº 9.096/08, nº 9.772/2011 e regulamentada pelo Decreto nº 2.575, de 11 de setembro de 1967, para o exercício das atividades relacionadas com os serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, podendo ainda, na forma da Lei e instrumentos próprios, atuar nos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, com sede e foro na cidade de Vitória, Capital do Espírito Santo, regida por este Estatuto, pela Lei Federal nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único - A Companhia poderá instalar ou suprimir agências, seções e escritórios em qualquer parte do território do Estado do Espírito Santo.

Artigo 2º - Constitui o principal objeto social da companhia a prestação de serviços de saneamento básico com vistas à sua universalização no Estado do Espírito Santo compreendendo as atividades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, podendo ainda, na forma da Lei e instrumentos próprios, atuar nos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, de acordo com o que estabelece o art. 3º, I da Lei 9096, de 30 de Dezembro de 2008, e em consonância com a Lei Federal nº 11.445, de 05.01.2007.

Parágrafo primeiro - Para realização de seu objeto social e em cumprimento a suas finalidades institucionais, poderá a CESAN:

- a) promover investigações, pesquisas, levantamentos, estudos econômicos e financeiros relacionados com seus objetivos sociais;
- b) arrecadar as tarifas e demais preços públicos que irão remunerar os serviços públicos prestados por esta Companhia. A política tarifária e o valor das tarifas incidentes sobre a prestação dos serviços serão fixados, reajustados e, quando o caso, revisados pela Agência Reguladora ou Órgão Competente, de acordo com o disposto na Lei Estadual n.º 9.096/2008 e correlatas;
- c) auxiliar os titulares dos serviços na elaboração dos Planos de Saneamento e através da celebração de contratos de programa ou outros instrumentos, executar seus os planos de ação e investimentos, tendo por objetivo a realização de uma política de saneamento que contribua para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.
- d) prestar serviços técnicos, industriais e de consultoria, remunerados, inclusive a particulares, ligados ao seu objetivo principal.
- e) propor ou promover desapropriações e servidões dos bens declarados de utilidade

ESTATUTO

pública pelo Poder Executivo Estadual para execução dos Planos de Saneamento do titular dos serviços públicos, necessárias à sua finalidade e objetivo;

f) firmar convênios, acordos e contratos, e quaisquer outros instrumentos jurídicos necessários ao desempenho das atividades da Empresa, podendo inclusive contratar empresa prestadora de serviço ou executora de obras, observando-se a Lei 8.666/93 e suas alterações;

g) celebrar contratos de programa, de concessão e de permissão de serviço público;

h) subcontratar parte de suas atividades, observado o disposto no art. 72 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no § 1º do art. 25 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

i) receber auxílios e doações;

j) contrair obrigações de empréstimos e financiamentos, inclusive com a garantia do Estado;

k) subscrever, sempre que possível, a maioria das ações de sociedade de caráter local, dentro do Estado, com o mesmo objetivo.

l) cumprir a política de saneamento formulada pelo órgão competente e divulgá-la, através de programas educativos.

m) participar do bloco de controle ou do capital social de outras sociedades, bem como constituir subsidiárias, que poderão se associar, majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas ligadas ao setor de saneamento básico, em qualquer localidade do Brasil ou do Exterior.

n) formar consórcios com empresas nacionais ou estrangeiras, inclusive com outras companhias estaduais ou municipais de saneamento básico, na condição ou não de empresa-líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados aos serviços de saneamento básico.

o) executar outros encargos não enunciados neste artigo que, por sua natureza, se enquadram nas finalidades da Companhia, ou que a esta eventualmente sejam atribuídos pela Assembleia Geral.

Parágrafo segundo: As subsidiárias de que trata a alínea “m” deste artigo deverão ser constituídas sob a forma de sociedade anônima, Lei Federal nº 6.404, de 15.12.1976, de modo a limitar a responsabilidade dos respectivos sócios à parcela do capital subscrito, e estão autorizadas a formar consórcios, nas mesmas condições descritas na alínea “n”.

Artigo 3º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II**DO CAPITAL E DAS AÇÕES**

Artigo 4º - O Capital Social é de R\$ 1.866.976.913,90 (Um bilhão, oitocentos e sessenta e seis milhões, novecentos e setenta e seis mil, novecentos e treze reais e noventa centavos), representado por 1.866.976.913,90 (Um bilhão, oitocentos e sessenta e seis milhões, novecentos e setenta e seis mil, novecentos e treze) ações ordinárias de valor nominal em R\$1,00 (um real) cada, podendo ser representadas por títulos e provisoriamente por cautelas, respondendo pelas despesas o acionista que solicitar tal providência.

Artigo 5º- A Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo - ADERES, empresa pública estadual instituída pela Lei nº 5.303, de 16/12/96 e o Governo do Estado manterão sempre, em conjunto, no mínimo, 51.00 % (cinquenta e um inteiros por cento) das ações representativas do Capital Social.

Artigo 6º - No caso de aumento de Capital, é assegurado ao acionista o direito de preferência para subscrição, sendo facultada a integralização, parceladamente, mediante o depósito de 10%) dez por cento) do total subscrito, ficando o restante a ser realizado no prazo de 6 (seis) meses, contados da data da respectiva subscrição. Fica fixado em 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da Assembleia que lhe der causa, o prazo decadencial para exercício do referido direito.

Artigo 7º - Cada ação, indivisível em relação à sociedade, dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

CAPÍTULO III**DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E DELIBERAÇÃO**

Artigo 8º – São órgãos da sociedade:

- a) Assembleia Geral dos Acionistas;
- b) Conselho de Administração;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Diretoria.

SEÇÃO I

Artigo 9º - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente em um dos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, quando convocada, observadas as prescrições legais e estatutárias.

Artigo 10º- As Assembléias Gerais serão presididas pelo Diretor Presidente ou seu substituto e secretariados por pessoa de sua livre escolha.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 11º - O Conselho de Administração será composto de 6 (seis) membros efetivos e 6 (seis) suplentes, sendo 4 (quatro) representantes do Estado do Espírito Santo, acionista majoritário, sendo o diretor Presidente da CESAN membro nato e 1 (um) dos demais diretores da Empresa, a ser indicado pelo Diretor Presidente, seu substituto natural. Fica assegurada ainda a participação de 1 (um) acionista minoritário e seu respectivo suplente e a participação de 1 (um) representante dos empregados e seu respectivo suplente, escolhidos em eleição direta, pelos empregados da CESAN, ambas garantidas em lei, com mandato de 3 (três) anos, coincidentes com o da Diretoria, podendo ser reeleitos.

Parágrafo primeiro: Em sua primeira reunião o Conselho de Administração elegerá, por maioria simples de votos, seu Presidente, escolhendo, pelo mesmo processo, o substituto eventual.

Parágrafo segundo: Os Conselheiros suplentes substituirão os respectivos titulares em suas eventuais ausências e impedimentos e, no caso de vacância, até que se proceda à respectiva substituição.

Parágrafo terceiro: No caso de vacância de qualquer cargo de conselheiro efetivo, o mesmo será substituído por seu suplente, através de convocação do Presidente do Conselho de Administração, até a realização da Assembléia Geral seguinte, que deverá eleger o Conselheiro substituto para o período restante do mandato do antigo Conselheiro.

Parágrafo quarto: O Conselho de Administração será convocado pelo seu Presidente ou pelo Diretor Presidente da sociedade, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo quinto: As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas, mediante aviso escrito enviado com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, contendo a pauta de matérias a tratar, podendo, entretanto, ser dispensada a convocação se estiverem presentes todos os seus membros titulares, ou os respectivos suplentes.

Parágrafo sexto: O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente uma vez por mês, na sede da Empresa ou excepcionalmente em outro local, desde que justificada e extraordinariamente, mediante convocação de qualquer de seus membros, sendo obrigatória a presença mínima de 2/3 (dois terços).

Parágrafo sétimo: O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos de seus membros, tendo o seu presidente, além do voto pessoal o de qualidade.

Parágrafo oitavo: Em garantia de sua gestão cada Membro do Conselho de Administração, antes de entrar no exercício do cargo, caucionará na Tesouraria da CESAN, R\$ 500,00 (quinhentos reais), equivalente a transferência de ações do Acionista Majoritário ou de terceiros para seu nome. Tais ações serão automaticamente revertidas à sua origem, após aprovação dos atos e contas de sua gestão pela Assembléia Geral e o valor equivalente disponibilizado na tesouraria da CESAN.

Artigo 12º - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos respectivos cargos, mediante a assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas, até 30(trinta) dias após a eleição.

Parágrafo Único - O "jeton" dos membros do Conselho de Administração será fixado pela Assembléia Geral.

Artigo 13º - Além da competência legal, ao Conselho de Administração compete à aprovação prévia de:

- a) planos e programas de trabalho, bem como o orçamento de despesas e o de investimento e suas alterações significativas;
- b) intenções de contratação de empréstimos, aprovação de convênios, acordos, contratos e outras que resultem em endividamento, dentro dos limites estabelecidos em Deliberação própria;
- c) atos de organização que introduzam alterações de substância no modelo organizacional formal da Companhia;
- d) tarifas e preços, inclusive seus reajustes periódicos relativos aos serviços prestados pela Companhia;
- e) atos de desapropriações e normas que disciplinem a aquisição, alienação, distribuição e controle de bens móveis e imóveis, bem como a execução de obras e a realização de seguros dos prédios e outros bens da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão da Diretoria, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros fatos administrativos que julgar de seu interesse;

- g) balanços e demonstrativos de prestação de contas e aplicação de recursos orçamentários e extra-orçamentários;
- h) extinção ou criação de órgãos, cargos ou funções, bem como o quadro anual de pessoal e seus níveis de salários e gratificações;
- i) homologação dos honorários e gratificação da Diretoria, bem como a concessão de outros benefícios não pecuniários, em Deliberação própria;
- j) doações, publicações classificadas como propaganda, promoções e patrocínios, dentro dos limites estabelecidos em Deliberação própria.

Parágrafo Único - Compete, ainda, ao Conselho de Administração:

- a) analisar os relatórios de execução e determinar providências que assegurem a consecução dos objetivos da Companhia;
- b) resolver os casos que lhe forem submetidos pela Diretoria ou determinados pela Assembléia Geral;
- c) autorizar a prestação de outros serviços técnicos e industriais remunerados;
- d) fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral, as leis, o Estatuto e os Regulamentos a que estiver sujeita a Companhia;
- e) colaborar, em assuntos relacionados com suas finalidades, com órgãos federais, estaduais ou municipais e entidades ou empresas privadas;
- f) Escolher e destituir os auditores independentes, observada a legislação pertinente e as cláusulas contratuais;
- g) examinar, como autoridade superior, as contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, dentro dos limites estabelecidos em Deliberação própria;
- h) interpretar os casos omissos neste Estatuto.

SEÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 14º - O Conselho Fiscal, que funcionará em caráter permanente, com as atribuições fixadas em lei, é composto de 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, acionistas ou não, eleitos anualmente em Assembléia Geral.

Parágrafo primeiro - No caso de impedimento ou vaga de membro do Conselho Fiscal, será convocado o respectivo suplente.

Parágrafo segundo - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que os eleger, observado o prescrito na Lei no. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo terceiro - O Conselho Fiscal funcionará permanentemente e reunir-se-á quando convocado por qualquer de seus membros efetivos, com as atribuições, competências, deveres e responsabilidades estabelecidos em lei.

SEÇÃO IV

DA DIRETORIA

Artigo 15º - A administração da sociedade será exercida por uma Diretoria composta de 5 (cinco) membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração pelo período de 3(três) anos, facultada a reeleição.

Parágrafo primeiro - A Diretoria compõe-se de Diretor Presidente, Diretor de Relações com o Cliente, Diretor de Operação Metropolitana, Diretor de Operação do Interior e Diretor de Meio Ambiente, os quais serão empossados mediante termo lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

Parágrafo segundo - Vencido o mandato, continuará a Diretoria no exercício de suas funções até a posse da nova Diretoria.

Parágrafo terceiro - Em garantia de sua gestão cada Diretor, antes de entrar no exercício do cargo, caucionará na Tesouraria da CESAN, R\$ 500,00 (quinhentos reais), os quais somente serão liberados após aprovação dos atos e contas de sua gestão pela Assembléia Geral.

Artigo 16º - A substituição dos Diretores nos impedimentos temporários processar-se-á da seguinte forma:

a) do Diretor Presidente pelo Diretor de Relações com o Cliente e no impedimento deste, pelo Diretor de Operação Metropolitana ou Diretor de Operação do Interior e no impedimento deste último, pelo Diretor de Meio Ambiente.

b) a de cada um dos demais Diretores, pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor de Relações com o Cliente ou por empregado da Companhia indicado pelo Diretor Presidente, após aprovação da Diretoria, e neste caso, com homologação do Conselho de Administração.

Artigo 17º - Em caso de vacância de qualquer dos cargos da Diretoria, o Diretor Presidente convocará o Conselho de Administração, no prazo máximo de 15 (quinze)

dias, sob pena de responsabilidade, para eleger o substituto, que poderá ser empregado da Companhia, que cumprirá o restante do mandato.

Artigo 18º - Além dos casos de morte, renúncia e impedimentos definitivos, considerar-se-á vago o cargo de Diretor que, sem causa justificada ou licença, deixar o respectivo exercício por mais de 30(trinta) dias consecutivos ou 60(sessenta) intercalados.

Parágrafo primeiro - Se vagarem os 5 (cinco) cargos ao mesmo tempo, o Conselho de Administração elegerá os novos Diretores, para cumprimento do restante do mandato.

Parágrafo segundo - A cada 12 (doze) meses de efetivo exercício do cargo, cada membro da Diretoria, empregado ou não, poderá se licenciar pelo período de até 30 (trinta) dias, consecutivos ou não, com percepção única e exclusiva de seus honorários, vedada a sua conversão em pecúnia, devendo a licença ser precedida de registro no livro de atas de reunião da Diretoria, com comunicação a Gerencia de Recurso Humanos.

Parágrafo terceiro - O Diretor terá o prazo de até o 11º mês do período subsequente ao do efetivo direito de licença, para gozá-la. Caso não o faça, perderá o direito referente àquele período, vedada a conversão em pecúnia. Excetua-se da vedação de conversão em pecúnia, o período de licença, total ou proporcional, a que fizer jus o membro da Diretoria, relativo ao período que antecede sua destituição.

Parágrafo quarto – As licenças dos Diretores serão concedidas pela Diretoria.

Artigo 19º - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente quando convocada pelo Diretor Presidente ou pela maioria de seus membros.

Parágrafo Único - As decisões da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos, cabendo ao Diretor Presidente, além do voto pessoal, o de qualidade.

Artigo 20º- Os Diretores perceberão a remuneração mensal fixada pelo Conselho de Administração, fixada através de Deliberação própria, observadas as prescrições legais.

Parágrafo Único - É facultado ao empregado da CESAN, que for eleito membro de sua Diretoria, optar pelo recebimento do salário de cargo efetivo acrescido das vantagens de caráter pessoal, inclusive a gratificação prevista na Lei no. 4.090, de 13 de julho de 1962 e Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.

Artigo 21º - Compete à Diretoria:

a) estabelecer, mediante resoluções, a orientação e os planos para desempenho dos negócios sociais;

- b) elaborar os planos anuais de trabalho;
- c) elaborar o Regimento Interno da Companhia, submetendo-o ao Conselho de Administração;
- d) resolver os casos de natureza urgente que consultem os interesses da Companhia, "ad-referendum" do Conselho de Administração;
- e) designar o substituto de Diretor, no caso da alínea "b" do art. 16;
- f) decidir sobre a convocação das Assembléias Gerais;
- g) encaminhar a cada reunião do Conselho de Administração, relação dos Convênios, acordos, contratos, bem como doações, publicações classificadas como propaganda e promoções e patrocínios, praticados dentro dos limites de competência da Diretoria, estabelecidos em Deliberação própria, bem como cópia das atas das reuniões da Diretoria;
- h) designar empregado para exercer a função comissionada/ gratificada de Gerente, Coordenador,

Assessor e Chefe de Divisão, bem como as substituições temporárias para os 03 (três) primeiros cargos.

Parágrafo Único - É facultado à Diretoria, no âmbito de sua competência, designar empregados para assinar termos de contratos, convênios e instrumentos equivalentes e também assinar cheques, endossar cheques para depósito em conta corrente da CESAN, assinar autorizações de crédito bancários, emitir ordens de pagamento e baixas patrimoniais, obedecidos os limites previamente aprovados pelo Conselho de Administração com poderes específicos para tal.

Artigo 22º - A Companhia considerar-se-á obrigada perante terceiros:

- a) conjuntamente, por dois membros da Diretoria, sendo um deles o Diretor Presidente ou Diretor de Relações com o Cliente e o outro sendo o Diretor da respectiva área a que a matéria se submeter;
- b) pela assinatura conjunta do Diretor Presidente e na sua ausência qualquer Diretor e 1 (um) Procurador com poderes específicos à prática de atos necessários;
- c) os mandatos em nome da Empresa deverão ser outorgados por dois Diretores em conjunto, sendo um deles ou o Diretor Presidente ou o Diretor de Relações com o Cliente e o outro qualquer um dos demais diretores.

Artigo 23º - Compete ao Diretor-Presidente:

- a) propor ao Conselho de Administração a convocação da Assembléia Geral;

- b) constituir procuradores com poderes especiais para, no limite de suas atribuições, defender direitos e interesses da Companhia;
- c) admitir, promover, transferir e demitir pessoal;
- d) representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;
- e) assinar, juntamente com o Diretor de Relações com o Cliente as ações e seus títulos múltiplos e cautelas representativas, cheques, ordem de pagamento e demais documentos de responsabilidade da Companhia. Na ausência desses, com o Diretor da respectiva área a que a matéria se submeter, nos casos de emissão de cheques e ordens de pagamento, observados os limites estabelecidos em Deliberação própria;
- f) apresentar anualmente à Assembléia Geral Ordinária, relatório das atividades da Companhia;
- g) propor à Diretoria e se aprovado ao Conselho de Administração a criação ou extinção de órgãos, cargos e funções, bem como o quadro de pessoal e seus índices de salário e gratificações;
- h) propor à Diretoria e se aprovado ao Conselho de Administração a instalação e fechamento de sucursais, agências, seções ou escritórios;
- i) conceder licenças aos diretores;
- j) designar empregado para exercer a função comissionada/gratificada para os demais casos não compreendidos na competência da Diretoria e suas respectivas substituições temporárias e ainda as de Chefe de Divisão, em sua área de atuação;
- k) encaminhar cópia dos Relatórios de Auditoria Interna e dos Acordos Coletivos de Trabalho aos membros do Conselho de Administração para conhecimento e adoção das medidas necessárias;
- l) superintender e dirigir os negócios da Companhia;
- m) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- n) supervisionar a elaboração e consolidação do orçamento da sua área específica, bem como exercer o seu controle;
- o) propor à Diretoria e se aprovado ao Conselho de Administração, as políticas e atividades de expansão da Empresa;
- p) formular e submeter à Diretoria e conduzir os planos anuais de auditoria interna da Empresa, submetendo-o à Diretoria;
- q) formular e submeter à Diretoria e conduzir os planos anuais de comunicação da Empresa;

ESTATUTO

r) formular e submeter à Diretoria e conduzir os planos anuais de relações institucionais da Empresa;

s) Formular e submeter à Diretoria e conduzir as ações relacionadas ao planejamento geral da Empresa.

Artigo 24º - Compete ao Diretor de Operação do Interior:

a) dirigir, planejar, organizar, implantar e supervisionar as atividades relacionadas com a operação, distribuição dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário do interior do Estado, inclusive Guarapari e Fundão, bem como as relacionadas à comercialização, observadas as diretrizes da Diretoria de Relações com o Cliente;

b) dirigir, planejar, organizar, implantar e supervisionar as atividades de expansão da Empresa;

c) dirigir e promover as atividades relacionadas à pesquisa desenvolvidas pela Empresa, no âmbito do Interior do Estado;

d) centralizar e operacionalizar o controle dos Convênios do Interior, firmados pela Empresa;

e) supervisionar a elaboração e consolidação do orçamento da sua área específica, bem como exercer o seu controle;

f) assinar, juntamente com o Diretor Presidente ou Diretor de Relações com o Cliente ou Diretor de Operação Metropolitana, os documentos que envolvam responsabilidade da Empresa, nos termos deste Estatuto;

g) promover a orientação normativa aos órgãos da Empresa em sua área de atuação;

h) gerir os Contratos de Concessão de sua área de atuação;

i) designar empregado para exercer a função comissionada/gratificada para os demais casos não compreendidos na competência da Diretoria e suas respectivas substituições temporárias e ainda as de Chefe de Divisão, em sua área de atuação;

j) exercer outras atividades relacionadas com sua área específica.

Artigo 25º – Compete ao Diretor de Operação Metropolitana:

a) dirigir, planejar, organizar, implantar e supervisionar as atividades relacionadas com a operação, distribuição, manutenção e dos serviços de abastecimento de água da Região Metropolitana da Grande Vitória, exceto Guarapari e Fundão;

b) dirigir e promover as atividades relacionadas à pesquisa desenvolvidas pela

ESTATUTO

Empresa, no âmbito da Região Metropolitana da Grande Vitória, exceto Guarapari e Fundão;

- c) centralizar e operacionalizar o controle dos Convênios firmados pela Empresa na Região Metropolitana da Grande Vitória, exceto Guarapari e Fundão;
- d) supervisionar a elaboração e consolidação do orçamento da sua área específica, bem como exercer o seu controle;
- e) assinar, juntamente com o Diretor Presidente ou com o Diretor de Relações com o Cliente, as ações e seus títulos múltiplos e cautelas representativas, cheques, ordem de pagamento e demais documentos de responsabilidade da Companhia. Na ausência desses, com o Diretor da respectiva área a que a matéria se submeter, nos casos de emissão de cheques e ordens de pagamento, observados os limites estabelecidos em Deliberação própria;
- f) promover a orientação normativa aos órgãos da Empresa em sua área de atuação;
- g) gerir os Contratos de Concessão de sua área de atuação;
- h) designar empregado para exercer a função comissionada/gratificada para os demais casos não compreendidos na competência da Diretoria e suas respectivas substituições temporárias e ainda as de Chefe de Divisão, em sua área de atuação;
- i) exercer outras atividades relacionadas com sua área específica.

Artigo 26º - Compete ao Diretor de Relações com o Cliente:

- a) representar a Empresa em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;
- b) dirigir, planejar, organizar, implantar e supervisionar as atividades relacionadas com os recursos humanos da Companhia e suas políticas internas, com atividades de logística, suprimentos, transporte, serviços gerais, licitações, com as atividades relacionadas ao comercial da Empresa e outros serviços que vier a prestar, assim como todos os aspectos inerentes às relações com o cliente, além das atividades que dizem respeito às questões econômico-financeiras e de tecnologia da informação;
- c) supervisionar a elaboração e consolidação do orçamento da sua área específica, bem como exercer o seu controle;
- d) assinar, juntamente com o Diretor Presidente ou com o Diretor de Operação Metropolitana as ações e seus títulos múltiplos e cautelas representativas, cheques, ordem de pagamento e demais documentos de responsabilidade da Companhia. Na ausência desses, com o Diretor da respectiva área a que a matéria se submeter, nos casos de emissão de cheques e ordens de pagamento, observados os limites estabelecidos em Deliberação própria;
- e) supervisionar as finanças da Empresa, orientar a contabilidade e movimentação

das contas bancárias;

- f) promover as cobranças dos créditos da Sociedade;
- g) promover a orientação normativa aos órgãos da Companhia em sua área de atuação;
- h) substituir o Presidente em suas ausências;
- i) designar empregado para exercer a função comissionada/gratificada para os demais casos não compreendidos na competência da Diretoria e suas respectivas substituições temporárias e ainda as de Chefe de Divisão, em sua área de atuação;
- j) exercer outras atividades relacionadas com a sua área específica.

Artigo 27º - Compete ao Diretor de Meio Ambiente:

- a) dirigir, planejar, organizar, implantar e supervisionar as atividades relacionadas com a coleta e tratamento de esgoto sanitário da Região Metropolitana da Grande Vitória, exceto Guarapari e Fundão, bem como, com aquelas relativas ao meio ambiente e suas principais vertentes, política de recursos hídricos da empresa, licenciamento ambiental e seus empreendimentos, atribuições e diretrizes relacionadas à gestão de seus resíduos sólidos e gestão da qualidade da água, inclusive aquelas relacionadas às comunidades.
- b) supervisionar a elaboração e consolidação do orçamento da sua área específica, bem como exercer seu controle;
- c) dirigir e promover as atividades relacionadas a pesquisas desenvolvidas no âmbito da sua atuação;
- d) assinar, juntamente com o Diretor Presidente, os documentos que envolvam responsabilidade da Companhia, nos termos deste estatuto;
- e) promover estudos, quando solicitado por outras áreas do Governo, objetivando definir juntos aos municípios atendidos pela CESAN, alternativas tecnológicas para os resíduos sólidos;
- f) propor e viabilizar alternativas para destinação dos resíduos produzidos pela Empresa;
- g) promover a orientação normativa aos órgãos da Empresa em sua área de atuação;
- h) designar empregado para exercer a função comissionada/gratificada para os demais casos não compreendidos na competência da Diretoria e suas respectivas substituições temporárias e ainda as de Chefe de Divisão, em sua área de atuação;

i) exercer outras atividades relacionadas com sua área específica.

Artigo 28º- Qualquer atribuição de competência de cada Diretor poderá ser submetida a exame e aprovação da Diretoria.

CAPÍTULO IV

DO BALANÇO E EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 29º- O exercício social coincidirá com o ano civil.

Artigo 30º- Em 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á o levantamento do Balanço Geral com fiel observância às prescrições legais.

Parágrafo primeiro - Do lucro líquido do exercício deduzir-se-ão:

a) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social;

b) uma quota destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas, a razão mínima de 25% (vinte e cinco por cento);

c) uma percentagem para constituição de reservas especiais, a ser estabelecida pela Assembléia Geral.

d) uma cota ou valor a ser distribuída aos empregados e diretores da Companhia, a título de participação, a ser definida em Assembléia Geral, observadas as diretrizes estabelecidas em instrumento normativo próprio;

e) o saldo terá destino determinado pela Assembléia Geral;

Parágrafo segundo - a cota prevista na alínea “d” somente será distribuída depois de assegurado aos acionistas o dividendo mínimo previsto na alínea “b”.

Parágrafo terceiro - os dividendos serão pagos nas épocas e lugares fixados pela Diretoria e, se não reclamados durante 5(cinco) anos, prescreverão em favor da Companhia.

CAPÍTULO V

DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 31º- No caso de dissolução da Companhia, a Assembléia Geral deliberará

ESTATUTO

sobre a forma de liquidação, elegerá o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar durante o período de liquidação.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 32º- Só será permitida a prestação de fiança, caução ou aval em nome da sociedade, nos negócios de seu interesse social.

Artigo 33º- Os auditores independentes poderão exercer suas funções até 2 (dois) exercícios financeiros consecutivos, vedada a prorrogação contratual, ficando contudo, admitida nos certames licitatórios subsequentes, a participação do anterior contratado.

Parágrafo Único: a auditoria, sempre que possível terá sentido preventivo e será realizada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e aquelas previstas em Lei.

Artigo 34º - As alterações e adaptações na forma de atuação da CESAN, decorrentes da Lei nº 9.772, de 28/12/2011, não poderão acarretar quaisquer prejuízos ou restrições aos direitos assegurados aos associados da FAECES.

Artigo 35º - Os casos omissos neste Estatuto serão interpretados e resolvidos pelo Conselho de Administração.

- Atas das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária dos Acionistas da CESAN, realizadas no dia 30 de abril de 2015.